

Boletim de Conjuntura

Publicação do Instituto de Economia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dezembro de 1996

Volume 16 - Número 4

Neo Liberalismo ou Neo Pragmatismo?

Investimento Direto: Espasmos e Erros

O Novo Sistema de Redesconto

Deterioração da Balança Comercial: O Que Fazer?

Alexis Toribio Dantas . Antonio Barros de Castro . Caio César Lock Prates da Silveira . Fernando José
Cardim de Carvalho . Francisco Eduardo Pires de Souza . Margarida Maria Sarmiento Guttierrez .
Sílvia Sales de Oliveira Silva . Salvador Teixeira Werneck Vianna

NEOLIBERALISMO OU NEOPRAGMATISMO?

Dois tipos de críticas vêm sendo formuladas contra a política econômica em curso no país. Uma privilegia as opções maiores-abertura, privatização, recuo genérico do Estado. A outra, voltada para questões específicas, denuncia equívocos nas políticas de câmbio, de juros, ou no tratamento de determinados setores - como, por exemplo, o setor de autopeças. Ambos os gêneros de críticas (que podem se combinar ou se contrapor) têm enfrentado grandes dificuldades. Convidamos o leitor a refletir sobre isto.

A inibição da crítica tem certamente por origem inegáveis melhorias associadas ao plano Real. O temido dragão da inflação rasteja hoje, como uma réles lagartixa. Além disso, o consumo de numerosos artigos cresceu além das expectativas mais otimistas. O mercado interno deverá tragar, no corrente ano, cerca de 9 milhões de televisores, mais de 1,6 milhões de automóveis, e por aí afora. E ninguém crê que se trate de mera bolha, como no passado. A perda destas melhorias parece, a bem dizer, inadmissível. Fora, mesmo, de cogitação. E isto impõe aos críticos algo como um contorcido apoio preliminar ao plano, como condição para se fazer ouvir. A menos, claro, que se dirijam a algum grupo singular, particularmente prejudicado pelas mudanças em curso. Neste caso, porém, a eficácia da crítica já nasce comprometida.

Mas há dificuldades de outra natureza - e é sobre elas que pretendo concentrar-me.

Refiro-me, sobretudo, ao fato de que não é possível atribuir a este governo posições inflexíveis ou rígidas. Isto já podia ser percebido no segundo semestre de 1994, fase mais agressiva da nova política. Já ali, a política cambial sofreu inflexões, uma política monetária centrada em controles quantitativos foi, para todos os efeitos, abandonada, enquanto tarifas externas vieram a ser alteradas a torto e a direito, em função daquilo que as autoridades entendiam ser as necessidades do momento. Posteriormente, e com o alibi da crise mexicana, determinados setores passaram a receber tratamento especial. Com o tempo, proteções e tratamentos especiais vieram a ser estendidos a outros segmentos - não obstante o desaparecimento da ameaça introduzida pelo chamado efeito tequila. Recentemente, a relação entre os déficits registrados na balança comercial e a torrente de medidas de apoio às exportações ficou evidente para todos. Nas cruas palavras do Sr. Pratini de Moraes, “nada melhor do que um déficit comercial para o governo se mexer” (GM, 3 de dezembro).

Frente a esta realidade, as incansáveis tentativas de caracterizar o governo como neoliberal - e os seus economistas como ortodoxos - estão fadadas ao fracasso.

A ortodoxia não é apenas a religião do mercado. É também uma teoria acerca do que ocorre (ou presume-se que ocorra) a longo prazo. A nave econômica guiada pelo mercado encontra o seu rumo, a um ritmo que pode ser muito lento. E o fiel escudeiro da ortodoxia praticamente nada pode fazer - ou até mesmo dizer - a este respeito. Neste sentido, aliás, é duplamente errada a imagem segundo a qual o neoliberalismo (re) coloca a economia no piloto automático. Primeiro, porque as respostas, no caso do mercado, não se encontram programadas. Segundo, porque a imagem evidentemente sugere rapidez.

Numa palavra, o ortodoxo detesta a frase “a longo prazo estaremos todos mortos”. Mas voltemos ao nosso terreno.

Não é preciso evocar o pétreo imobilismo das autênticas - e consensualmente desastrosas - experiências neoliberais do Chile e da Argentina, de 1976/8 a 1981 (Foxley, Alejandro, Experimentos Neoliberales en America Latina), para receber que o atual governo brasileiro altera posições com relativa rigidez. Isto é: desde

que atropelado pelos fatos. Quanto aos críticos, mesmo quando voltados para pontos específicos, podem ficar roucos de advertir...

Face à constatação anterior, caberia indagar: se o governo é, de fato, apegado a princípios de procedência neoliberal e, ao mesmo tempo, mostra-se disposto a enfrentar com medidas discricionárias, diversos (mas não todos) problemas práticos, porque não assume esta atitude? Porque não tenta, pelo menos, assumir algo como uma ortodoxia de resultados?

Deixando de lado o óbvio - as pedras da rua sabem que atacar o Estado e louvar o mercado colhe aplauso certos e tranquiliza o mercado -, deixo aqui algumas observações.

Frente aos falcões do mercado, a discursseira neoliberal deixa hasteada a bandeira branca. Permite-lhes, inclusive, assumir ares de guardiões da pureza e da consistência. Não tenho dúvidas de que, autêntico ou encenado, o papel lhes agrada.

Quanto à crítica procedente do lado oposto, a reafirmação das bandeiras do liberalismo mantém a discussão no âmbito dos princípios. É fundamentalismo contra fundamentalismo. Esta guerra, no entanto, se não acabou, desperta hoje pouco interesse. O que interessa são as discussões que vão sendo reveladas - algumas delas inequivocamente antecipadas pela crítica. Além disso, interessa, crescentemente, a comparação histórica - especialmente entre o ocorrido na América Latina e as experiências do leste asiático. O holismo e o principismo têm aqui pouco a dizer. Até porque temos hoje diante de nós - no Brasil, particularmente - uma indefinida, e dificilmente projetável, mistura de ganhos e perdas. Sendo estas últimas, aliás, predominantemente localizadas.

O reconhecimento das perdas localizadas - quando mais não seja, para aqueles que vêm perdendo postos de trabalho e para as empresas tornadas praticamente inviáveis - remete-nos, mais uma vez, às dificuldades da crítica. Neste plano, a evocação do discurso ortodoxo presta inestimável serviço àqueles que defendem, incondicionalmente, as políticas do governo - e dificulta, na mesma medida, a vida de seus críticos. É que economia pretende ser uma ciência das “consequências não intencionais das decisões humanas”. Se as presentes mudanças acarretam, aqui e ali, dificuldades, ou mesmo destruição, ninguém deve ser responsabilizado por isto. Por trás destas dores, estaria (supostamente) operando o análogo econômico do processo biológico da seleção das espécies. Esta, pelo menos, é a percepção característica da teoria econômica hegemônica (*Sen, Amartya, Darwin Lecture*. 1992). No caso em foco, a analogia darwinista pode, entanto, estar encobrindo, ou emprestando aparente racionalidade, a falhas e custos desnecessários das transformações em curso.

(A.B.de Castro)

